



ENSAIO SOBRE A INDIGNAÇÃO

Ao longo de 150 anos, os Engenheiros Técnicos têm sido vítimas das maiores injustiças sociais e profissionais, sendo legítimo registar o facto de, na nossa Sociedade, ser Engenheiro Técnico poder constituir, em alguns contextos ou circunstâncias, um primeiro e decisivo passo para “não chegar a lado nenhum”.

Face aos recentes acontecimentos, os Engenheiros Técnicos lançam o seu grito de revolta, pois não é mais possível tolerar atitudes que ponham em causa a dignidade de cada um e a da classe no seu todo.

O Decreto-Lei 830/74 de 31 de Dezembro, que converte os Institutos Industriais em Escolas Superiores, referia no seu preâmbulo o seguinte, a propósito dos alunos que os frequentavam:

(...) “a uma população escolar, oriunda de classes menos favorecidas do que as que entram na Universidade, era ministrado um ensino intencionalmente destinado a manter os seus diplomados durante a vida profissional numa situação de desvantagem ou subalternidade relativamente aos diplomados de escolas superiores...”

Refira-se adicionalmente que a partir dessa altura, são iguais as condições de acesso ao Politécnico e à Universidade, isto é, com o ensino secundário completo, o 12.º ano.

Durante muito tempo estivemos silenciosos, mas os acontecimentos recentes e as notícias que têm vindo a público, levam-nos a entender que chegou o momento de dizer: BASTA!!!

Por ignorância, maledicência ou por outra razão qualquer, chamaram-nos obscuros, incompetentes, usurpadores de funções técnicas, agentes técnicos, incultos, etc, num revivalismo do *status quo* do Estado Novo que já o Decreto-Lei 830/74 veio eliminar. É um facto que, decorridos 33 anos sobre a publicação desse Decreto-Lei, muitos pugnam para que tudo continue na mesma.

É tempo de acontecer a revolta dos “obscuros Engenheiros Técnicos, os plebeus da Engenharia Nacional”.

Compreendemos a razão pela qual alguns colegas, que entendiam ter competência para ascender a lugares de topo no Estado e na Administração Pública, tenham procurado obter graus académicos em Universidades, entre elas a Universidade Independente, com o único propósito de obterem o reconhecimento social imprescindível a essas aspirações.

Este tema é tratado de forma lúcida por José António Saraiva na revista incluída na edição de 28/04/07 do semanário SOL, num texto com o título “Engenheiros Técnicos”. O Director do Semanário Sol coloca o dedo no centro da ferida. A origem de muita da pequenez de Portugal deve-se exactamente aos factos ali descritos e que urge alterar.

Os Engenheiros Técnicos, oriundos do Ensino Superior Politécnico, têm sido sistematicamente ofendidos pelos “iluminados fazedores de opinião”, os quais têm amplamente propalado que os *incultos e impreparados cidadãos oriundos do ensino Politécnico jamais devem assumir a liderança do país*.

Muito provavelmente, se qualquer candidato a Primeiro-Ministro cometesse o “deslize” de se apresentar como Engenheiro Técnico, não o teria conseguido. As elites mesquinhas e corporativas deste país, não só não iriam aceitar, mas também revolveriam o céu e o inferno para impedir que um Engenheiro Técnico viesse a ocupar tão elevado cargo.

A frente de ataque aos Engenheiros Técnicos mostrou a sua verdadeira diversidade também com algumas “doutas e brilhantes” opiniões vertidas na comunicação social.

São expoentes na matéria o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa que nos designa por Agentes Técnicos, o Dr. António Vítorino que nos classifica como “produto do 25 de Abril”, o Dr. Vasco Pulido Valente que qualifica de “obscuro” o título de Engenheiro Técnico e o Sr. José

Júdice que afirma não sermos possuidores de qualificação técnico-científica para fazer engenharia.

Embora noutra tónica, veja-se ainda o rol de inqualificáveis barbaridades publicadas no jornal O Diabo, de 17/04/07.

Acresce a isto, a atitude corporativa que os dirigentes da Ordem dos Engenheiros têm vindo a assumir,

designadamente na discussão da legislação reguladora do exercício da profissão de Engenheiro e Engenheiro Técnico onde, ao invés de uma posição virada para o desenvolvimento e a credibilização da profissão, continuam refugiados nas questões mais mesquinhas e conservadoras que impedem o progresso da engenharia portuguesa, defendendo interesses corporativos de há muito instalados no país e que urge eliminar.

A recusa sistemática da Ordem dos Engenheiros em contribuir para o combate ao desempenho ilegal da profissão de Engenheiro, associada ao facto de não reconhecer 206 cursos de Licenciatura em Engenharia como habilitantes ao desempenho da profissão de Engenheiro, promovendo anualmente a colocação de milhares de licenciados em engenharia na situação de não poderem exercer legalmente a profissão, são também sintomas de atitudes retrógradas e ultrapassadas, que nós repudiamos.

Registamos ainda a incoerência da Ordem dos Engenheiros, que parece nunca ter questionado, pelo menos publicamente, a eventual utilização indevida do título de Engenheiro por parte do Primeiro-Ministro.

A ANET – Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, associação de direito público a quem compete regular a profissão de Engenheiro Técnico, fatta dos atropelos sistemáticos e intencionais veiculados nos últimos tempos vem a público esclarecer o seguinte:

- Existem, em Portugal, dois perfis de Engenheiros:
 - Os Engenheiros Técnicos, ou seja, aqueles que se encontram inscritos na ANET, os quais podem executar os actos de engenharia que a ANET publicou em Dezembro de 2005, num exercício de auto-regulação, único até hoje em Portugal.
 - Os Engenheiros, ou seja, aqueles que se encontram inscritos na Ordem dos Engenheiros.
- A classe dos Engenheiros Técnicos, possui atitudes, competências e conhecimentos, adquiridas em Instituições de Ensino Superior que lhe permitem o desempenho dos actos de engenharia associados à sua especialidade. Por esse motivo, são capazes de competir com outras formações em engenharia nas actividades de projecto, coordenação e execução dos diferentes empreendimentos, tendo contribuído decisivamente para, conforme a realidade demonstra, para o desenvolvimento do País.
- Ao contrário do estigma que nos têm tentado impor, segundo o qual uma formação de ciclo curto, independentemente de outras formações não formais ou informais devidamente creditadas, limita para sempre o exercício de actos de engenharia de maior complexidade, os Engenheiros Técnicos têm vindo a provar na prática, por todo País, a sua competência para o respectivo desempenho. Assim sendo, assumiram a necessidade de criar níveis diferenciados para o controlo do exercício da profissão, considerando que **“a formação inicial é importante mas não é determinante para o desempenho profissional”**. Veja-se, a este propósito, a assertividade da entrevista dada ao Público por Eduardo Oliveira Fernandes, antigo Secretário de Estado do Ambiente, em 23/04/07 (página 37).
- Os Engenheiros Técnicos pautam a sua actividade pelos seguintes princípios:
 - Saber fazer;
 - Saber fazer bem;
 - Saber fazer bem, à primeira.

Basta!!! Estamos cansados de “ignorantes com palco”, de falsos profetas e de “gente pequena” sem visão e sem futuro.

Nós, Engenheiros Técnicos, temos

ORGULHO DE SER E SABER SER ENGENHEIRO TÉCNICO

Lisboa, 28 de Abril de 2007

O Conselho Directivo Nacional
Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
Presidente

Escolha um profissional competente e cumpridor das suas obrigações fiscais.
OPTE POR UM ENGENHEIRO TÉCNICO